

O ASSOCIATIVISMO DA COMUNIDADE SURDA NA AMAZÔNIA: História, Conflitos e Desafios Educacionais

Jonata Souza de Lima¹
Paulo Jeferson Pilar Araújo²
Silvio Santiago Vieira³

Resumo: Este artigo explora o associativismo da comunidade surda na Amazônia Altamirense, com foco nos avanços educacionais promovidos pelas associações locais, Capais e Icepsa. O objetivo é analisar a formação, a evolução, os desafios e as contribuições dessas associações, destacando sua influência nas políticas públicas de educação. Com abordagem qualitativa, as informações foram coletadas a partir de estatutos, redes sociais, notícias, entrevistas e pesquisa de campo, em que todas estas fontes tiveram como tratamento teórico-metodológico os Estudos Surdos. Os resultados mostram progressos crescentes da comunidade surda em campos político-partidários, representatividade e políticas públicas de educação consistentes. A partir dos resultados, é fato que a união dos surdos em associações é crucial para fortalecer sua voz e reivindicar direitos, evidenciando a necessidade contínua de reflexões sobre seus papéis e limites, mas sempre exaltando seu potencial de engajamento em uma sociedade amazônica inclusiva.

Palavras-chave: Associativismo. Educação. Políticas Públicas. Amazônia. Surdez.

The Associativism of the Deaf Community in the Amazon: History, Conflicts, and Educational Challenges

Abstract: This article explores the associativism of the deaf community in the Altamira Amazon, focusing on the educational advances promoted by the local associations, Capais and Icepsa. The objective is to analyze the formation, evolution, challenges and contributions of these associations, highlighting their influence on public education policies. With a qualitative approach, the information was collected from statutes, social networks, news, interviews and field research, in which all these sources had the Deaf Studies as a theoretical-methodological treatment. The results show growing progress of the deaf community in political-partisan fields, representativeness and consistent public education policies. From the results, it is a fact that the union of deaf people in associations is crucial to strengthen their voice and claim rights, evidencing the continuous need for reflections on their roles and limits, but always exalting their potential for engagement in an inclusive Amazonian society.

Keywords: Associativism. Education. Public Policies. Amazon. Deafness.

¹ Doutorando em Educação (UFRR). Mestre em Linguagens e Saberes da Amazônia (UFPA) Professora do Curso de Pedagogia UFPA. Membro do Laboratório de Pesquisas em Línguas Orais e de Sinais-LaPLOS (UFRR). E-mail de contato: jonatasouza3@gmail.com.

² Doutor em Linguística (USP). Professor do Curso Bacharelado, Letras Libras da UFRR e professor permanente do PPGL/UFRR. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisas em Línguas Orais e de Sinais-LaPLOS (UFRR). E-mail de contato: paulo.pilar@ufrr.br.

³ Doutor em Educação (UFPA). Mestre em Ciências das Religiões (FUV). Professor do Instituto Estadual Carlos Gomes (IECG). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade, Juventude, subjetividade, Representações Sociais e Educação - GEPEJURSE (UFPA). E-mail de contato: saintvier@gmail.com

El Asociacionismo de la Comunidad Sorda en la Amazonía: Historia, Conflictos y Desafíos Educativos

Resumen: Este artículo explora el asociativismo de la comunidad sorda en la Amazonía de Altamira, centrándose en los avances educativos promovidos por las asociaciones locales, Capais e Icepsa. El objetivo es analizar la formación, evolución, retos y aportes de estas asociaciones, destacando su influencia en las políticas públicas educativas. Con un enfoque cualitativo, la información se recolectó a partir de estatutos, redes sociales, noticias, entrevistas e investigaciones de campo, en las que todas estas fuentes tuvieron como tratamiento teórico-metodológico los Estudios de Sordos. Los resultados muestran un progreso creciente de la comunidad sorda en los campos político-partidistas, representatividad y políticas públicas educativas consistentes. A partir de los resultados, es un hecho que la unión de las personas sordas en asociaciones es crucial para fortalecer su voz y reclamar derechos, evidenciando la necesidad continua de reflexiones sobre sus roles y límites, pero siempre exaltando su potencial de participación en una sociedad amazónica inclusiva.

Palabras clave: Asociacionismo. Educación. Políticas Públicas. Amazonía. Sordera.

Introdução

Este artigo discute a formação, a evolução, os desafios e as contribuições de associações da comunidade surda na Amazônia. Para isso, buscou-se compreender como essas associações influenciam a agenda educacional e a formulação de políticas públicas, ao mesmo tempo, evidencia-se as principais tensões dentro da comunidade surda que fomentam a existência dessa dualidade associativa. A comunidade surda é compreendida como um coletivo de minoria linguística com falantes da língua de sinais que compartilha valores culturais, hábitos e agendas educacionais. Dessa forma, tanto os sujeitos surdos quanto os sujeitos ouvintes – na qualidade de Tradutores Intérpretes de Libras (TILS), familiares de surdos e indivíduos que se identifiquem com a pauta e costumes surdos – são integrantes dessa comunidade (Skliar, 2016).

Altamira – Pará é o *locus* principal deste estudo, que será a cidade contrastada com dados obtidos em outros territórios da Amazônia, isso devido a experiência e a localização diversificada dos autores deste estudo. A dualidade associativa da comunidade surda se estrutura em duas formas ideológicas: (1) associação ‘para’ surdos’ e (2) associação ‘de’ surdos. Em que as preposições ‘para’ e ‘de’ carrega um significado simbólico profundo, permeado de dinâmicas de poder entre ouvintes e surdos.

Quadro 1: Associações da comunidade surda na Amazônia a serem debatidas

	Associações para surdos	Associação de surdos
Belém/ Pará	Associação Paraense de Pessoas com Deficiência (APPD)	Associação dos Surdos de Belém (ASBEL)
Altamira/ Pará	Centro de Apoio e Promoção de Acessibilidade e Inclusão Social (CAPAIS)	Instituto Cultural Educacional e Profissionalizante dos Surdos de Altamira (ICEPSA).
Boa Vista/ Roraima	Associação de Inclusão Social Dente de Leite (Associação Dente de Leite)	Associação <i>Suo Jure</i> de Surdos de Roraima (Associação <i>Suo Jure</i>)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os Estudos Surdos, um campo interdisciplinar que dialoga com diversas áreas, como História, Sociologia, Antropologia e Educação etc. constitui-se como o filtro teórico-metodológico deste estudo. Os debates tratados, neste artigo, apoiam-se nas discussões, inicialmente, levantadas por Araujo (2021), cuja obra representa uma das poucas referências disponíveis sobre a comunidade surda de Altamira sob uma perspectiva socioeducacional no período de análise entre 2012 e 2013.

Apresenta-se uma ampla variedade de fontes para aprofundar a compreensão do associativismo na comunidade surda de Altamira que incluem: grande acervo documental da associação, em especial os Estatutos, Fichas de Filiação e documentos de matrícula; além desses, há discursos que não serão trabalhados diretamente neste artigo, mas que permeiam o entendimento das fontes documentais. Discursos estes, coletados com pesquisa de campo por meio de respostas aos questionários e formulários. Paralelo a esses documentos e interações humanas, há também elementos embasados em redes sociais, notícias de jornais profissionais e do poder público e própria vivência e experiência dos pesquisadores.

A pesquisa *in loco* foi conduzida sob a perspectiva da pesquisa-participante (Thum; Bartelmebs, 2012) em que os processos de participação e a pesquisa direta com comunidade surda se misturavam. Dessa forma, as vozes analíticas deste texto são de membros da diretoria e/ou colaboradores das associações; ao mesmo tempo, de pesquisadores engajados com a compreensão dos processos dialéticos que transcorrem

nesses espaços de lutas sociais. Essa abordagem tem sido crucial para capturar as vivências dos autores nas esferas pessoal, acadêmica e profissional, todas significativamente, influenciadas pelo contato com a comunidade surda.

Este trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, recebendo o Parecer N° 6733829. Para garantir a ética na pesquisa, todos os participantes surdos tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em língua portuguesa e em Libras. As entrevistas e os questionários foram conduzidas integralmente em Libras, e cópias digitais das respostas foram fornecidas aos entrevistados.

História do associativismo da comunidade surda

Em 1834, a comunidade surda de Paris, liderada por Berthier, professor surdo do Instituto de Surdos-Mudos⁴ de Paris, tomou uma iniciativa pioneira: a organização do “1º Banquete” em homenagem ao abade Michel de L'Épée⁵. Segundo Encrevé (2019), o objetivo era resistir a uma circular promovida pelo Barão de Gerando que, então, dirigia o Instituto e era um proeminente defensor da filosofia de educação de surdos, pautada no oralismo⁶. Além disso, nesse instituto havia uma rotatividade de docentes que com frequência rescindia os contratos dos professores surdos, substituindo-os por educadores ouvintes seguidores da vertente do oralismo.

Carvalho (2011) ressalta que, nesse 1º Banquete, a comunidade surda se mobilizou, buscando formas de influenciar a administração do Instituto de Paris. Em resposta a essa mobilização, em 1836, a rotatividade dos professores foi abolida e as denúncias feitas pelos surdos sobre o descontentamento com o oralismo foram em parte atendidas, marcando uma vitória para a comunidade surda francesa.

A importância desses banquetes foi além de frequentes encontros. Eles reuniam

⁴ Durante o período entre 1760 e 1890, era comum o uso da expressão ‘surdo-mudo’. Contudo, com os progressos conceituais, consolidou-se o entendimento de que ‘surdo’ ou ‘surdez’ são os termos mais adequados, afastando-se do uso de ‘mudo’, uma nomenclatura rejeitada pela comunidade surda.

⁵ Um dos mais importantes intelectuais orgânicos na educação de surdos.

⁶ A divergência principal entre o Barão de Gerando e Berthier estava na abordagem educacional para os surdos. O Barão defendia a integração total do surdo na comunicação oral-auditiva. Berthier, era um defensor da língua de sinais para a comunicação dos surdos.

não apenas surdos, mas também familiares, jornalistas influentes e artistas. Essa união foi fundamental para o estabelecimento, em 1838, da primeira associação de surdos, a “Sociedade Central de Assistência e Educação de Surdos-Mudos” (Encrevé, 2019). Logo, por conta de uma divergência pedagógica e precariedades por conta de exclusões relacionadas ao trabalho, surge o primeiro movimento associativo com protagonismo de surdos.

Um outro grande exemplo desse processo de exclusão educacional e trabalhista ocorreu em 1988 na Gallaudet University – a primeira universidade bilíngue de surdos do mundo. Esse espaço educacional elegia o primeiro reitor surdo, porém, por questões capacitistas, tivera sua posse inviabilizada. Toda comunidade surda americana se mobilizou, com intenso apoio dos jornais e da televisão. Ecoava em toda a imprensa norte-americana, por 48 horas, a manifestação da comunidade surda que tinha por lema *Deaf President Now*⁷ (Reitor surdo já!) (Sacks, 1998).

A partir de exemplos como estes (1834 e 1988), inúmeras outras associações de surdos surgiram em todo o mundo, incluindo a *Royal Association for Deaf* (RAD), fundada na Inglaterra, em 1841; a *National Association of Deaf* (NAD), fundada nos Estados Unidos da América, em 1880; a organização internacional *World Federation of the Deaf* (WFD), fundada em Roma, em 1951 (Carvalho, 2011).

A Associação de Surdos de São Paulo (ASSP), fundada no Brasil, em 1954, é oficialmente a mais antiga instituição de luta dos surdos ainda em funcionamento (Frazão; Lodi, 2019). Já no contexto da Amazônia, segundo Freire (2020), em 1972, em Manaus (Amazonas) e, segundo Bentes (2010), em 1976, em Belém, atualmente estruturada na ASBEL. Essas associações tinham em comum uma ideologia propositiva ao gestualismo, ou seja, ‘antioralistas’ na Educação de Surdos. Além disso, garantir a agência dos surdos nos processos decisórios. Havia um discurso de inclusão no mercado de trabalho, mas grande parte das ações eram voltadas a questões recreativas, afetivas e esportivas, inclusão laboral, pois eram nas associações que os surdos conseguiam se expressar livremente, sem

⁷ *Deaf President Now* traduzindo para ‘Reitor surdo já!’ é uma das histórias mais memorada da comunidade surda americana. Esta manifestação foi tão relevante para a Gallaudet University que consta nos anais históricos da própria Universidade. Fonte: National Deaf Life Museum. Disponível em: <https://gallaudet.edu/museum/history/the-deaf-president-now-dpn-protest/>. Acesso em: 1 jan. 2024.

a imposição da oralidade (Frazão; Lodi, 2019); (Netto, 2022).

A premissa central é que movimentos sociais são formas potentes de resistência e luta, alinhados com os esforços populares para assegurar direitos. Desde a década de 1980, período de intensos debates democráticos e de construção da Constituição Federal (Brasil, 1988), essas lutas têm se intensificado. A força dos grupos associativos moldou significativamente as políticas públicas no Brasil.

O associativismo na comunidade surda reflete nuances que estão profundamente entrelaçadas com a história e a constituição do povo surdo. Dessa forma, dentro dos Estudos Surdos, as associações tornaram-se um ‘artefato cultural político’ constituidor da identidade do povo surdo, ou seja, historicamente, “[...] o povo surdo brasileiro transmitiu muitas tradições em suas organizações das comunidades surdas. O espaço cultural mais conhecido de todos são as **associações de surdos**” (Strobel, 2018, p. 88, grifo nosso). Porém, há uma limitação em se pensar apenas as ‘associações de surdos’ como elemento único representante desse artefato cultural, há também as ‘associações para surdos’⁸.

Em associações ‘de’ surdos, os próprios sujeitos surdos é que detêm agência na organização dos processos estatutários e regimentais. Os surdos impõem nesses espaços restrições quanto ao processo de monopolização dos discursos ouvintizados e de ouvintes sobre a surdez, seja estabelecendo que os cargos da diretoria sejam ocupados por surdos, elevando interesses de cunho linguístico, cultural e de Educação Bilingue em contraponto aos interesses de assistencialismo, autocuidados e de mera integração. Já as associações ‘para’ surdos apresentam nuances amplas a todo o coletivo de Pessoas com Deficiência (PcD), elas se estruturam com o discurso de ajuda e autocuidados, majoritariamente, são estruturadas e regimentadas por pessoas ouvintes que desenvolverão ações de caráter assistencial, caritativo e de cuidados (Lanna Junior, 2010).

Esses dois ordenamentos associativos ocorrem ‘simultaneamente’ ou ocorrem em ‘substituição’ de um modelo para o outro. A nível nacional, um exemplo de substituição ocorreu com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos

⁸ Não evidenciaremos as ‘Associações de TILS’ que constituem a mais nova entidade representativa na comunidade surda. Este ente representativo já possui uma vasta história e muitas nuances, não sendo viável discuti-la neste artigo.

(FENEIDA) (1977/1978), uma associação ‘para’ surdos que, em uma das suas eleições mais polarizadas, com chapas compostas por ouvintes e outra por surdos, a chapa dos surdos vence motivando, dessa maneira, uma grande reestruturação, sendo modificada para Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)⁹ (1987), uma associação “de” surdos (Felix; Lage, 2021).

As associações da comunidade surda na Amazônia

No Pará, por anos, a APPD, associação para surdos, se apresentava como única entidade predominantemente representativa dos interesses da PcD. Sempre houve inter-relações entre a APPD e a associação de surdos Asbel, seja em eventos culturais ou na concessão de espaços para cursos de Libras (Netto, 2022). No entanto, ao longo do tempo, percebeu-se que não era viável juntar diferentes grupos de deficiência em uma mesma associação, pois havia uma grande “balbúrdia de interesses”. Assim, após inúmeras tentativas de agregação chegou-se ao consenso de que deveria haver separações, sendo nesse momento que surgem ‘simultaneamente’ várias associações de surdos (Lanna Júnior, 2010). Com o passar dos anos, tornou-se essencial aos sujeitos surdos paraenses estruturarem-se em movimentos associativos próprios, de modo que a maioria das cidades, as mais populosas ou cidades polos de microrregiões, criassem suas próprias associações de surdos (Lima, 2020).

Em Altamira, esse processo ocorre em dois momentos, ‘simultaneamente e com substituição’. Uma das primeiras entidades sociais é a Associação das Pessoas com Deficiência da Transamazônica (APDT) (1994¹⁰), mas essa restringia a participação apenas a PcD, interesses como a dos TILS, revisores de Braille e outros profissionais da Inclusão, que não necessariamente PcD, eram pouco relevados nos debates. Houve a necessidade de se criar um outro movimento associativo que contemplasse estas demandas e atendessem

⁹ Fonte. FENEIS. O que é a FENEIS. 2021. Disponível em: <https://feneis.org.br/o-que-e/>. Acesso em: 25 set. 2023.

¹⁰ Fonte: Econodata. Associação das Pessoas Com Deficiência da Transamazônica. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-empresa/34890988000123-ASSOCIACAO-DAS-PESSOAS-COM-DEFICIENCIA-DA-TRANSAMAZONICA>. Acesso em: 30 abr. 2024

Figura 2: Nuvem de Palavras do Estatuto do Icepsa



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Estatutos Sociais de associações seguem uma estrutura rígida e garantem conformidade com a Lei para que elas sejam qualificadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Brasil, 1999). Contudo, nessa estrutura rígida, há espaço para debater objetivos e regras de composição. Nessas seções, são evidenciadas as inclinações ideológicas que essas entidades jurídicas seguem. Orientado por essa ideia, apresentam-se tanto os vocábulos de maior destaque nas Nuvens de Palavras, alguns trechos dos estatutos dentre outros documentos que ilustram como o Capais e o Icpsa divergem, dialogam e se representam perante a sociedade.

Há muitas semelhanças entre os dois estatutos: no Capais, o termo “associação” aparece com destaque, enquanto no Icepsa, o vocábulo “Icepsa” é enfatizado, sublinhando a importância da entidade como um todo. Ambos os estatutos contêm abundantes termos relacionados à governança e estrutura organizacional, como “Diretoria”, “Assembleia” e “Conselho”. Esses termos destacam a importância da diretoria e das assembleias, indicando que a governança democrática e participativa são características centrais na gestão das atividades. Isso favorece o surgimento de termos como “Convocar” e “Regulamento”, entre outros vocábulos sinônimos que designam obrigações jurídicas, como o zelo fiscal e a administração do patrimônio.

Os processos de governança são mediados por cargos de diretoria, expressos em vocábulos como “Presidente” e “Secretário”, que são responsáveis pela liderança e administração, sublinhando a importância desses papéis na gestão das associações. Além disso, há um enfoque na participação dos associados, refletido nos termos “Associado” e “Sócio”, que enfatizam a estrutura associativa e a importância da participação dos membros para o funcionamento de qualquer organização desse tipo. Para que haja engajamento, as entidades precisam incorporar e se comprometer com atividades sociais e comunitárias, o que fica claro em vocábulos como “Ação Social” e “Comunidade”.

Essas associações carregam especificidades e diferenças que são bem esclarecidas em seus estatutos. O Capais, por ser uma associação ‘para’ surdos, adota um olhar geral sobre a PcD. Consequentemente, palavras como “deficiência”, “acessibilidade” e “inclusão” têm grande relevância, reforçando o foco da associação em garantir a participação e a inclusão geral da PcD. Em seu estatuto, há demandas de interesse da comunidade surda, como “c) Contribuir com a difusão da LIBRAS, Língua Brasileira dos Sinais na Região”. No entanto, também há temas que não são especificamente de interesse da comunidade surda, como “b) Adquirir recursos e equipamentos que facilitem a autonomia da pessoa com deficiência, Ex.: impressora BRAILLE, material didático, órtese e prótese”.

A Nuvem de Palavras do Capais tem uma orientação mais forte para assistência e cuidados do que a Nuvem de Palavras do Icepsa. Na verdade, é de se esperar que órgãos

como o Capais, APPD e Associação Dente de Leite desenvolvam atividades correlatas, tendo em vista que nas associações para surdos, a iniciativa é caracterizada por um robusto interesse na assistência social, muitas vezes, subvertido em gestão dos cuidados a todos os grupos de PcD. Nas associações para surdos, que focam na assistência social, parece ecoar o pensamento de Thompson (2011), que afirma que o que é visto de cima como um ato de doação é, a partir de baixo, um ato de conquista.

Pelo observado, a forma como as associações para surdos interage com a PcD está alinhada às ideias da 'Ética do Cuidado'. Isso "[...] assinala o caráter relacional da vida humana, principalmente em relação às mulheres que, tradicionalmente, têm sido as prestadoras de cuidados primários" (Block; Gesser; Lopes, 2020, p. 116).

Então, a Associação Dente de Leite, nome que faz referência à primeira infância, período em que as crianças com alguma deficiência estão mais vulneráveis, foi uma entidade criada por uma Mãe, que não é PcD, mas que descobriu que sua filha nascera com deficiência auditiva/ surda e se articula para que esta tenha acesso aos direitos sociais¹³. A APPD foi fundada por uma mulher que ao sobreviver a um grave acidente que resultou na perda de um membro, percebeu a existência de todo um grupo de PcD totalmente sem representatividade e abandonado pelas políticas públicas; esta mulher articula um coletivo social de lutas que gradativamente ganhou espaço e se consolidou como a entidade representativa de maior destaque estadual.

O Capais foi fundado por uma mulher, que não é PcD, mas descontente com as situações de exclusão social, em especial sofrida pelo seu irmão surdo, que articula uma entidade capaz de representar, com ênfase, a comunidade surda, dentre outras deficiências. E essa coincidência de papéis, ética do cuidado e ouvintes que tomam para si a agência da luta surda nos remete a uma das reflexões mais complexas de Hellen Keller¹⁴ (1913):

¹³ Fonte: GUIADERODAS. Mãe desenvolve projeto Dente de Leite, inspirado em sua filha com deficiência auditiva. 22 abr. 2021. Disponível em: <https://guiaderodas.com/mae-desenvolve-projeto-dente-de-leite-inspirado-em-sua-filha-com-deficiencia-auditiva/>. Acesso em: 21 jan. 2024; e FOLHA DE BV. Mãe desenvolve projeto inspirado em filha com deficiência auditiva. 07 maio 2021. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/variedades/cultura/mae-desenvolve-projeto-inspirado-em-filha-com-deficiencia-auditiva/>. Acesso em: 26 set. 2023.

¹⁴ Helen Adams Keller: escritora, conferencista e ativista social norte-americana. A primeira pessoa surdocega da história a conquistar o Ensino Superior. Detentora de uma extensa biografia e um filme

Muitas jovens mulheres cheias de devoção e boa vontade têm se envolvido em caridades superficiais. Elas tentaram alimentar os famintos sem conhecer as causas da pobreza. Elas tentaram ajudar os doentes sem entender a causa da doença. Elas tentaram levantar irmãs caídas sem entender a parte brutal da necessidade que as derrubou... Tentamos reformas sociais onde precisamos de transformações sociais”. (Crow, 2000, *apud* Felix; Lage, 2021, p. 221).

Quando pessoas ouvintes, sejam elas PcD ou não, começam a ser agentes centrais a liderarem sujeitos surdos, ocorre uma assimetria de poder que é interpretado como “audismo” (Felix; Lage, 2021). Embora haja a participação do sujeito surdo, o ponto de vista ouvinte sobre a surdez prevalece. Com os membros, na maioria, sendo ouvintes ou liderados por ouvintes, é recorrente a manifestação, inconsciente ou não, de opressão linguística e cultural.

O historiador Antônio Abreu¹⁵ há anos problematiza questões de audismo, presentes na interrelação de sujeitos surdos e ouvintes dentro de espaços associativos. Ele define que “a associação de PcD tem identidade das pessoas deficientes. Na associação **para**, eles [os que não tem deficiência] é que mandam”. Em contrapartida, “na associação **de** é melhor porque o próprio deficiente luta. Tem sua identidade. Os deficientes, eles mesmos lutam, dão o sangue, eles mesmos se desenvolvem, conhecem o mundo” (Lanna Junior, 2010, p. 151, **grifo nosso**). Nessa mesma linha de raciocínio, Lane (1992, p. 45) argumenta que “[...] sempre que um grupo mais poderoso se compromete a assistir um outro menos poderoso, sempre que os benfeitores criam instituições para ajudar os beneficiários, a relação assume um certo risco”. E com o passar dos anos, os surdos, os sujeitos a serem tratados com benevolência, começaram a analisar com insatisfação, as entidades que não os propiciavam agência em seus processos decisórios.

O Icepsa, enquanto associação plenamente de surdos, desde o seu primeiro estatuto, tem demonstrado sua ideologia distinta do Capais. Na escrita do estatuto, são proeminentes vocábulos relacionados à surdez, como “surdo”, “cultural” e “desporto”. Elementos como

ilustrativo de sua vida *O Milagre de Anne Sullivan* (1962).

¹⁵ Antonio Abreu é um dos surdos fundadores da Feneis. Ocupou a cadeira da presidência e sempre participou de diretorias. Trata-se de um intelectual orgânico para esta temática e tese.

cultura própria, desportos surdos e educação bilíngue sempre estiveram presentes nas históricas demandas dos surdos. Isso faz com que entidades de surdos como o Icepsa, Associação Suo Jure e Asbel estructurem estatutos e regimentos que deem atenção a uma diversidade de atividades culturais, desportivas e educacionais.

Outra característica, marcante do estatuto do Icepsa, que acompanhará uma demanda histórica do povo surdo, é a proteção contra intervenções de ouvintes, como fica claro no Artigo 19º: “Para cargo de Presidência, só poderá ser surdo.” Esse artigo, presente no estatuto do Icepsa é recorrente em outros estatutos de associações de surdos, inclusive integra o estatuto da Feneis: “art. 30. Parágrafo 3º– Os cargos de Diretor-Presidente e de Diretor Primeiro Vice-Presidente serão exercidos exclusivamente por pessoas surdas” (Feneis, 2022).

As associações de surdos são um dos primeiros espaços de tomada de consciência sobre a agência de ‘ser surdo’ e detentor de direitos. É fundamental dessas associações que os surdos ocupem cargos diretivos. Elas emergem e expandem no ritmo do movimento ‘nada sobre nós, sem nós’, parafraseado em Libras como ‘nada sobre nós surdos, sem nós surdos, falando por nós mesmos’. É nesse modelo associativo que surge o ideal de agência e um modelo mais crítico e engajado com a surdez (Block; Gesser; Lopes, 2020).

As associações da comunidade surda têm demonstrado visível engajamento político e partidário. Embora seus estatutos sejam claros quanto à não subvenção a partidos políticos, na realidade, há um envolvimento ativo de seus membros na política local. De exemplo, destaca-se as experiências eleitorais das eleições municipais de 2020.

Um dos membros da diretoria da Associação Suo Jure é filiado ativo de um partido político e conseguiu 102 votos¹⁶. Da mesma forma, um dos membros da diretoria do Icepsa prospectou 301 votos¹⁷, tendo um perfil político-partidário mais engajado. Com essa quantidade de votos dos surdos, integrantes de associações como Suo Jure e Icepsa, pode-se afirmar que houve real engajamento dos candidatos surdos e da comunidade surda

¹⁶ Fonte: *Folha de São Paulo*. Boa Vista – RR. 24 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2020/apuracao/1turno/rr/boa-vista/3018.shtml>. Acesso em: 18 maio 2024.

¹⁷ Fonte: Dados da pesquisa e *Rede Liberal*. Eleições 2020 no Pará. 24 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/altamira.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

em apoiar seus representantes. Atualmente, esses dois surdos estão lotados em órgãos públicos e têm contatos diretos com ocupantes de cargos políticos (prefeito e vereadores). Frequentemente, são acionados pela comunidade surda de suas respectivas localidades para intermediar solicitações da associação aos órgãos públicos municipais.

Esse fenômeno é ainda mais evidente nas associações ‘para’ surdos. A fundadora da APPD e ex-presidenta é filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e tem um histórico político como vereadora e deputada estadual¹⁸. O atual presidente da APPD, além de vereador em Belém, é líder da bancada PT/PCdoB na câmara municipal¹⁹. A fundadora e atual presidenta da Associação Dente de Leite também tem fortes vínculos partidários, sempre prospectando muitos votos. Embora nunca tenha sido eleita, ganhou grande prestígio no partido, tendo acesso direto a membros que ocupam cargos políticos.

No entender dos autores deste estudo, o discurso de “distanciamento político-partidário” carrega uma falácia. A pretensão de neutralidade nada mais faz do que gerar discursos de aversão à política. Adverte-se que o pleno envolvimento político não pode ser hipocritamente mascarado; ele deve ser intencional, transparente e condizente com a realidade dos detentores de menor poder. Esse discurso é ainda mais relevante quando se origina de sujeitos surdos que até poucas décadas, eram cerceados de plenos direitos políticos e partidários, sendo os últimos a acessarem as ideias de sufrágio universal.

Sobre as pautas educacionais na comunidade surda de Altamira

A primeira caracterização do perfil educacional dos surdos em Altamira foi apresentada por Araújo (2013) em dissertação de mestrado republicada em 2021. Após mais de uma década, uma nova investigação foi conduzida por esta pesquisa para atualizar esse panorama, adaptando parte da metodologia de Araújo (2013; 2021) e focando na

¹⁸ Fonte: DIÁRIO DO PARÁ. “Eu sou a cara do PT”. diz Regina Barata. 27 ago. 2016. Diário do Pará. Disponível em <https://dol.com.br/noticias/para/noticia-378444-eu-sou-a-cara-do-pt-diz-regina-barata.html?d=1> acessado em 18 maio 2024.

¹⁹ Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM. Amaury da APPD – PT. 01 jan. 2021. Disponível em <https://cmb.pa.gov.br/amaury-da-appd/> acessado em 18 maio 2024.

análise dos surdos que ingressaram ou concluíram modalidades de ensino formal. A Tabela 2 a seguir ilustra o perfil educacional atualizado dessa população.

Tabela 1: Perfil Educacional dos Surdos Identificados em Altamira (N=49 em 2024-2025) | Comparativo 2012-2013 em comparação com 2024-2025

Nível Educacional	2012-2013 (%) (Araújo, 2013)	2024-2025 (N)	2024-2025 (%)
Não Escolarizado ²⁰	Dado não apresentado	1	2,0%
Abandono Escolar ²¹	63,93%	9	18,4%
Matriculados no Ensino Fundamental/ Médio ²²	34%	10	20,4%
Ensino Médio Completo ²³	1,64%	18	36,7%
Cursando Ensino Superior ²⁴	Dado não apresentado	5	10,2%
Ensino Superior Completo	0%	3	6,1%
Pós-graduação stricto sensu	0%	1	2,0%
Não Souberam Responder	Dado não apresentado	2	4,1%
Total	~100%	49	99,9% ²⁵

Fonte: Adaptado de Araújo (2013) e dados da pesquisa (2024/2025).

O levantamento de dados sobre o perfil educacional dos surdos de Altamira em 2024/2025 consolidou informações de diferentes fontes para identificar e caracterizar a população surda local. Inicialmente, foram analisadas fichas cadastrais do Cieps, incluindo registros históricos de 2015 que precisaram ser atualizados. Essa atualização aconteceu inicialmente porque o Icepsa precisava formar parceria com uma renomada instituição de cursos técnicos da cidade e como condição seria necessária apresentar um panorama dos seus associados. Para dinamizar essa atualização, o pesquisador usou de instrumento censitário aplicado aos surdos que frequentam as reuniões do Icepsa, o que permitiu identificar e coletar/atualizar dados de 39 indivíduos surdos.

Posteriormente, por meio do Ofício nº 850/2024 – GAB-SEMED (e acervo documental da pesquisa obtido por intermédio do Ministério Público do Estado do Pará),

²⁰ Esse número pode ser maior, tendo em vista que houve acesso aos surdos que frequentam a associação que majoritariamente já frequentaram a mesma escola. Há, porém, surdos não usuários da Libras, que não frequentam a associação ou que se isolam em sua casa.

²¹ Indivíduos que iniciaram, mas não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio (sem matrícula ativa).

²² Em 2024/2025: 7 matriculados no Ensino Fundamental e 3 no Ensino Médio.

²³ Indivíduos, cujo nível mais alto concluído é o Ensino Médio e não estão cursando Ensino Superior.

²⁴ Indivíduos que concluíram o Ensino Médio e estão atualmente cursando Ensino Superior.

²⁵ A soma dos percentuais pode não ser exatamente 100% devido aos arredondamentos.

obteve-se acesso a uma lista de alunos surdos matriculados na rede pública municipal, o que permitiu acrescentar 10 nomes ao levantamento. Com isso, consolidou-se um **universo de 49 sujeitos surdos**.

Alguns números positivos, apresentados pela reconfiguração da Educação de Surdos em Altamira, mostra o surgimento da categoria de Ensino Superior Completo que foi alcançado por 4 pessoas, sendo que 1 ingressou na Pós-Graduação *Stricto sensu*. O Ensino Médio Completo foi atingido por 23 pessoas, sendo que dessas, 5 estão cursando o Ensino Superior (4 cursam Letras – Libras e 1 cursa Educação Física). Esses números são animadores, pois percebe-se que, ao longo de mais de uma década, grande parte da comunidade surda saiu de um perfil de abandono escolar anterior de 63,93% para um perfil de conclusão da Educação Básica e avanços no nível Superior.

A partir do momento que os estabelecimentos de ensino não puderam negar a matrícula das pessoas com deficiência, e essas pessoas começaram a se mobilizar em seus coletivos de lutas, denunciando instituições infratoras que negavam essa matrícula e essas associações, cobrando intervenções por parte do judiciário, ampliou-se para essa parcela da população o acesso a todas as modalidades e níveis de ensino, apontando novas possibilidades de continuidade da vida acadêmica nos níveis mais elevados de ensino (Block, Gesser, Lopes, 2020, p. 214).

Esses avanços são atribuídos à iniciativa do Capais e continuados pelo Icepsa, que factualmente impactou a educação do povo surdo em Altamira. No entanto, o abandono escolar ainda é um problema social a ser enfrentado com apoio do Icepsa, pois ainda há 9 pessoas com Fundamental Incompleto, 1 (uma) pessoa não escolarizada e 2 (duas) pessoas que não souberam responder, totalizando um percentual de 24,49% fora do sistema escolar e sem Educação Básica.

As lutas do Icepsa nem sempre são marcadas por vitórias, como os números crescentes de melhoria no perfil educacional de seus associados. Desde a criação do Icepsa, uma das pautas mais levantadas foi a criação de uma Escola Bilíngue para Surdos. A comunidade surda de Altamira sempre teve uma ideia muito madura sobre essa Escola Bilíngue, com muitas dessas ideias sendo amplamente defendidas e influenciadas pela

Asbel. Então, em março de 2015, essa visão foi formalmente apresentada à Prefeitura de Altamira no documento intitulado “Escola Municipal de Educação Bilíngue de Surdos Edward Hernet Huet²⁶”.

Infelizmente, apesar das intensas lutas, cobranças e discursos persuasivos do ICEPSA, essa proposta não foi atendida pelas políticas públicas de educação. Ao longo de quase uma década de apresentação desse documento, dentre outros que discutiam o desejo de uma escola bilíngue, cujos pedidos eram procrastinados pela gestão pública. Atualmente, a Modalidade de Educação Bilíngue já está reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 2021), no entanto, as secretarias de educação em Altamira permanecem relutantes e atrasadas em oferecer um espaço e um currículo adequados para essa educação bilíngue.

Parte dos argumentos para justificar a ausência de uma educação bilíngue, ou mesmo de um currículo bilíngue para surdos, baseia-se em falácias sobre a disponibilidade orçamentária e a baixa quantidade de profissionais aptos a desenvolver essas atividades. Mesmo assim, o Icepsa ainda persiste por uma educação bilíngue, mesmo diante de obstáculos institucionais e falta de apoio governamental, a busca por reconhecimento e implementação de uma educação que respeite a identidade linguística e cultural dos surdos, continua a ser uma prioridade essencial para a associação e seus membros.

Em síntese, as associações da comunidade surda de Altamira desempenham um papel crucial na defesa e promoção dos direitos dos surdos. A continuidade do trabalho iniciado pelo Capais e expandido pelo Icepsa mostra que, embora tenham sido feitos progressos significativos, ainda há muito a ser feito. A união, a participação ativa e o engajamento contínuo são essenciais para que a comunidade surda continue avançando em suas lutas por reconhecimento, inclusão e direitos.

Considerações Finais

²⁶ Edward Huet, figura central na história da educação de surdos brasileiros, é um nome frequentemente invocado em projetos de construção de Escola Bilingue e um dos primeiros educadores a ter este tipo de projeto consolidado.

Para avanços dos direitos dos sujeitos surdos é necessária uma comunidade surda engajada e conectada em associações. Contudo, há tensões e conflitos de interesses dentro da comunidade, surgindo a dualidade associativa ‘de/para’ surdos, destacando as diferenças entre associações lideradas por surdos e aquelas que, embora focadas na surdez, são lideradas por ouvintes. Essas tensões, quando evidenciadas, oferecem soluções para sua pacificação e consensos dentro da comunidade surda.

Como exemplo, este estudo centrou as análises em Altamira, na associação Capais e Icepsa, em que por conta do trabalho desses entes, foi possível constatar melhoria nas políticas públicas de atendimento a esses sujeitos e representatividades em suas regiões. É fato que essa abordagem associativa é fundamental para fortalecer a voz da comunidade e ampliar a capacidade de reivindicar direitos junto ao Estado.

Como recurso ilustrativo, as Nuvens de Palavras dos estatutos das respectivas associações serviram para compreender o que ideologicamente será tido como as bases de seus trabalhos, embora não analisadas exaustivamente, revelam significados marcantes para os Estudos Surdos e para a estrutura linguística desses documentos. Esses vocábulos refletem a governança democrática, a participação ativa e a ênfase na inclusão social, destacando a importância da diretoria, assembleias e associados na gestão das associações. Por isso, se deixa ao leitor à margem para suas próprias interpretações.

A história de formação das associações da comunidade surda está intimamente ligada ao próprio processo de constituição dessa comunidade. As lutas sociais e a identidade do grupo são inter-relacionais, destacando a importância de valorizar a plena participação política nas associações. Somente, assim, esses entes do terceiro setor terão poder de influenciar e participar de maneira relevante nos processos políticos e na construção de políticas públicas de educação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Monica Dias de. **Tessituras da inclusão na educação de jovens e adultos no município de Altamira – Pará**. 2013. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2013.

ARAÚJO, Monica Dias de. *Inclusão na educação de jovens e adultos na Amazônia paraense*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BENTES, José Anchieta de Oliveira. **Formas do trabalho docente na educação de surdos**: estudos históricos e de representações sociais. 2010. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BLOCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; LOPES, Paula Helena (org.). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, DF, Presidência da República [1999]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF, Presidência da República [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

CARVALHO, Paulo Val de. **História da educação de surdos II**. Lisboa: UCP Editora, 2011.

CENTRO APOIO E PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL (CIIR). Estatuto Social. Altamira, PA. **2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Notas**, 11 jan. 2007. Documento não publicado.

ENCREVÉ, Florence. A « família » dos surdos-mudos face à ideia do progresso no século XIX. **Moara**-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, [S.l.], n. 51, p. 261-282, ago. 2019.

FELIX, Gil; LAGE, Aline (org.). **Capitalismo e surdez**. Bremen (GER): El Tiple, 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (FENEIS). Estatuto. **Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte – MG**,

Revista Momento – diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 34, n. 2, p. x-x, mai./ago., 2025.
DOI:



Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

2022. Disponível em:

<https://feneis.org.br/wp-content/uploads/2023/01/Novo-Estatuto-2022.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

FRAZÃO, Natalia Francisca; LODI, Ana Claudia Balieiro. Associação de Surdos de São Paulo e a defesa pelos direitos linguísticos dos surdos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. 1- 17, out. 2019. DOI: 10.5902/1984686X. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38332>. Acesso em: 3 maio 2025.

FREIRE, Samanta Araújo. **Identidade, deficiência e movimentos sociais**: um olhar sobre as associações de PCDs no Município de Manaus. 2020. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

INSTITUTO CULTURAL EDUCACIONAL E PROFISSIONALIZANTE DOS SURDOS DE ALTAMIRA. Estatuto Social. Altamira, PA: **2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Notas**, 20 mar. 2015. Documento não publicado.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência**: a comunidade surda amordaçada. São Paulo: Instituto Piaget, 1992.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LIMA, Jonata Souza. **Os surdos e uso de práticas digitais na Amazônia**: experiências e desafios no ensino de história. 2020. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) – Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário de Bragança, Bragança, 2020.

NETTO, Ernesto Padovani. **Diálogo de surdos**: estigmas, oralismo, língua de sinais e escolarização de surdos em Belém (1960 - 2019). 2022. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2018.

Revista Momento – diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 34, n. 2, p. x-x, mai./ago., 2025. DOI:



Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

THUM, Carmo; BARTELMEBS, Roberta Chiesa (org.). **Metodologia de pesquisa em educação**: pressupostos e experimentações. Rio Grande: Editora da FURG, 2012. v. 8.

Submissão em: 20/05/2024

Aceito em: 12/05/2025

Citações e referências
conforme
normas da:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS